

■ Devir mulher do trabalho e precarização da existência. A centralidade dos componentes afetivos e relacionais na análise das transformações do trabalho⁴⁴

Lucia del Moral Espin
Manu Fernández García

Introdução

As transformações do trabalho ocorridas nas últimas décadas correspondem à transição do modelo de produção fordista ao pós-fordista. Dentre as características que definem este último encontram-se a desagregação do vínculo capital/trabalho, a flexibilização e dismantelamento da esfera produtiva, além da expansão de novas formas de produção que passam a integrar a reprodução e o consumo. Neste contexto, nossa proposta é indagar, em primeiro lugar, a noção de devir mulher do trabalho, entendida numa dupla acepção: por um lado, como generalização, na maior parte dos âmbitos profissionais e sociais, das condições de trabalho que caracterizavam as atividades desenvolvidas, de forma remunerada ou não, pelas mulheres – vulnerabilidade, invisibilidade, disponibilidade permanente, flexibilidade. Por outro lado, concebida como posicionamento central do componente afetivo, historicamente associado aos papéis femininos e à vida privada, na produção direta do benefício. Entendemos que hoje em dia as esferas do público/político e do privado/pessoal se confundem; a proclama feminista dos anos 60-70 “o pessoal é político” ganha mais corpo do que nunca, pois no pós-fordismo a vida privada e a profissional se entrelaçam.

Em segundo lugar, partindo da análise desses processos, nosso trabalho explora os efeitos ambivalentes que esta entrada no mercado laboral – e, portanto, a serviço dos interesses do capital – do afetivo, o relacional e do cuidado – tem sobre a relação vida/trabalho. Para tanto nos apoiaremos na noção de **precarização da existência** como instrumento para entender não apenas as condições atuais

44 Tradução do espanhol por Leonora Corsini.

do/no trabalho, mas como noção útil para analisar a vida e a política contemporânea.

Este documento surge do desejo e do constante esforço para entender nossas condições laborais, nossas práticas e, enfim, nosso dia a dia. Ao longo das próximas páginas aprofundaremos as conexões entre as diferentes correntes do pensamento, tais como o pós-operaísmo e o feminismo, que nos acompanham muitas vezes como proposições convergentes, outras vezes como posturas que adotamos em nosso caminhar cotidiana.

Mutações do trabalho e da produção no Pós-fordismo

A transição do modo de produção fordista ao pós-fordista é entendida no marco de uma profunda transformação na sociedade, que deu lugar a um sistema no qual, como aponta Manuel Castells, “a criação, o tratamento e a transformação da informação convertem-se nas principais fontes de produtividade e poder” (1999, p. 51). Esta transição, que teve início nos anos 60 com a crise do modelo de desenvolvimento industrial e foi impulsionada pelo processo de globalização da economia mundial e pelo desenvolvimento de novas tecnologias – sobretudo as relacionadas com a comunicação e a informação, NTIC – tem como principais características a informatização, a automatização nas fábricas e a hegemonia do trabalho imaterial e terciarizado. Assim, o trabalho remunerado no sistema industrial avançado é hoje um trabalho essencialmente cognitivo, no sentido de que emprega a mente do(a) trabalhador(a) para controlar máquinas e pessoas, resolver problemas, comunicar-se e realizar outras atividades cognitivas (Corsani, 2008). Assim que, a partir de certas perspectivas, venha se falando de capitalismo cognitivo como referência a esta nova organização do capital e da produção.

Porém, a globalização econômica ou o desenvolvimento tecnológico não são capazes por si mesmos de explicar esta profunda mudança social do estatuto do trabalho. Neste sentido, desde o pós-operaísmo⁴⁵ italiano vem sendo assinalada a necessidade de analisar os efeitos da composição de classe sobre esta reorganização da estrutura do capital. Desta maneira, este processo é interpretado como um fenômeno aberto, situado entre a reestruturação tecnológica da grande indústria e a difusão social das lutas operárias (Cocco, 2003, p. 69), apontando-se, num primeiro momento, a própria tomada de consciência dos(as) trabalhadores(as), e

45 Entendemos por pós-operaísmo a escola marxista italiana derivada da autonomia operária dos anos 60 e 70, o qual postula como axioma fundamental que as lutas da classe operária precedem e prefiguram as sucessivas reestruturações do capital. Dentre seus principais componentes, podemos citar Antonio Negri, Paolo Virno e Maurizio Lazzarato.

mais tarde, a reação capitalista, como tendo desempenhado um papel fundamental neste processo. As perspectivas pós-operaístas defendem a tese da influência nesta transição das posturas afinadas com a chamada “recusa ao trabalho”, subjacentes em parte das mobilizações operárias dos anos 60 e 70, e que se materializavam nos processos de luta baseados na autovalorização. Como explicam Cocco e Vercellone, “existe uma linha de continuidade entre a micro-conflitividade, o absentismo sistemático, a recusa do trabalho em cadeia⁴⁶, ao desejo geral de promoção social – luta pela escolarização de massa – e de valorização do trabalho operário como meios de reapropriação dos mecanismos sociais da produção e da reprodução” (2002). De acordo com esta visão, a mudança de paradigma não é mais do que a tentativa capitalista de reduzir, mediante a reestruturação, a qualidade do novo sujeito – o trabalhador social/cooperativo – a um elemento objeto de um novo ciclo de acumulação. Como afirmaria Antonio Negri:

Para o capital, a solução da crise consiste em uma reestruturação do sistema de possa diluir e reintegrar os componentes antagonistas do proletariado no projeto de estabilização política, uma vez que todos os elementos de desestabilização introduzidos pela luta operária contra o Estado foram paulatinamente assumidos pelo capital e transformados em instrumentos de reestruturação (1979, p. 25).

Assim, a tese principal defendida pelo operaísmo é de que a tendência histórica da recusa do trabalho obrigou o capital a perseguir – no social, no público, na cultura, na comunicação, no tempo livre e na reprodução, nos espaços transnacionais e transfronteiriços – as trajetórias do trabalho vivo (Sánchez Cerdillo, 2003, p. 15). Desta maneira, subverte-se a recusa ao regime disciplinar do trabalho social abstrato e a sua lei do valor.

46 A força deste tipo de recusa operária se manifesta, sobretudo na sabotagem: “Dada a fragilidade extrema da cadeia de montagem frente a qualidade da insubordinação operária. A ruptura em um só ponto do ciclo poderia decompor o conjunto dos fluxos produtivos. A inteligência coletiva operária do processo de produção era capaz de, sucessivamente, se utilizar da forma do ciclo para conseguir a maior eficácia destrutante ao menor custo (as paradas, gota a gota). A rigidez da cadeia de montagem era essencialmente, de acordo com este ponto de vista, uma rigidez operária. O caso da Fiat é exemplar: a antecipação pela Fiat dos investimentos em automação (...) foi a resposta ‘técnica’ que apontava para reduzir o poder operário através da fluidificação da rigidez social. Era também uma resposta, apesar de mistificada, a determinadas reivindicações operárias diante das tarefas mais repetitivas, penosas e nocivas.” (Cocco e Vercellone, 2002).

O novo paradigma pós-fordista que resultou pode ser definido como um paradigma social, à medida que dá lugar a uma integração produtiva dos(as) consumidores(as) como produtores(as) em dois níveis: pela integração em tempo real dos comportamentos de consumo e pela proliferação dispersa de atos criativos, linguísticos e comunicativos (Cocco, 2003, p. 68). a produção é deslocada das fábricas para o conjunto da sociedade. Isto não quer dizer que o desaparecimento da indústria seja o marco definidor do pós-fordismo, mas que a indústria se desterritorializou globalmente e passa a se organizar de uma nova forma⁴⁷, que inclui a deslocalização da produção industrial, o auge da empresa-rede e a produção *just-in-time*. O importante já não é tanto o que se produz, mas o como, onde e quando se produz. A fábrica passa a se enquadrar em uma estrutura de comando comunicacional, da qual ela é apenas dos elos. Com efeito, uma das características fundamentais deste novo modelo de organização da produção e do trabalho é a convivência imbricada de distintos modos produtivos. Como aponta Paolo Virno: “o pós-fordismo reedita todo o passado da história do trabalho, desde as ilhas de operário-massa a enclaves de operários profissionais; desde um trabalho autônomo extenso ao restabelecimento de formas de dominação pessoal” (2003a, p. 111). Além disto, a crescente desregulação e precarização de grande parte do trabalho assalariado convive e sustenta os empregos regulares, com salários elevados e maiores direitos (Vega e Gil, 2003, p. 16). No contexto atual, o trabalho informal, o sistema de trocas e as múltiplas ocupações adquirem cada vez mais importância para garantir a subsistência. De acordo com Cristina Vega e Sandra Gil (op. cit., p. 16), isto significa que a chamada economia informal não é um desvio ou anomalia do sistema, mas um elemento estrutural do mesmo.

Por outro lado, como já mencionamos anteriormente, o principal componente do pós-fordismo é o trabalho imaterial; trabalho que se torna comunicação e cooperação, que se separa da obra material, posto que a produtividade já não pode ser medida com base na quantidade de produto por hora trabalhada, nem nas empresas, nem em um setor específico, mas sim com referência a um conjunto de fatores que transcendem o trabalhador individual, que se converte em criador de riqueza enquanto membro de uma coletividade (Marazzi, 1994). A conexão entre saber e produção não se esgota em absoluto no sistema de máquinas, mas se articula na cooperação linguística de homens e mulheres (Virno, 2003a, p. 112).

47 Com efeito, a produção industrial se desloca até regiões onde a mão de obra é majoritariamente migrante e feminizada, carente de direitos, como é o caso das maquiladoras na região da fronteira norte mexicana ou das zonas especiais na República Popular da China, em um regime que alguns autores denominaram neo-fordismo.

Se o fordismo representava a era da produção material de mercadorias e para isto utilizava a força do corpo, o capitalismo cognitivo encarna a época da produção de conhecimento através da valorização das faculdades relacionais, comunicacionais e cognitivas (Morini, 2008). Assim, de acordo com Maló de Molina, podemos afirmar que a linguagem e a comunicação não são elementos alheios às redes e micro-dispositivos de saber e poder, nem são independentes dos corpos e dos afetos, mas as palavras e os signos se encarnam em corpos concretos e têm consequências absolutamente materiais (2001). Assim, por exemplo, o trabalho afetivo e de cuidados, historicamente associado aos papéis femininos, apresenta-se igualmente imaterial: apesar de sua efetiva natureza física-corporal, cria produtos intangíveis, uma questão que, como apontam Hardt e Negri, tem sido sistematicamente ignorada por alguns autores (2002, p. 272; *Precárias à Deriva*, 2005). De modo que essas formas de trabalho, até então consideradas exclusivas da vida privada, converteram-se em elemento central na produção direta do benefício.

Consequentemente, as redes de cooperação produtiva nas quais participa a força de trabalho são cada vez mais amplas e ricas, e compreendem também experiências e conhecimentos desenvolvidos e amadurecidos fora do trabalho. A produção inunda a vida, dissolvendo as barreiras entre tempo de trabalho e de não trabalho, até tornar possível que se fale em termos de “vida retribuída” e “vida não retribuída” (Virno, 2003a, p. 108). A força de trabalho valoriza o capital somente porque incorpora essas experiências e conhecimentos, mobilizando-os durante o processo produtivo. Assim, o trabalho pós-fordista contém sempre um componente invisível, “o aspecto decisivo é reconhecer que no trabalho tem um peso preponderante a experiência adquirida fora dele, sabendo, porém, que esta esfera de experiência mais geral, uma vez incluída no processo produtivo, vai se submeter às regras do modo de produção capitalista” (op. cit., p. 109). Desta maneira, o capital não apenas se torna dependente do saber dos(as) trabalhadores(as)⁴⁸, mas também necessita promover uma mobilização e uma implicação ativa do conjunto desses conhecimentos, capacidades relacionais e de seus tempos de vida (Negri e Vercellone, 2007). A natureza linguística do regime pós-fordista requer uma redefinição da produtividade social. A produção abandona a esfera do trabalho para instalar-se no social e no individual, ou seja, o trabalho assume uma nova centralidade antropológica (Morini, 2008), através da exploração intensiva de qualidades, capacidades e saberes individuais. Assim é que hoje, de forma emblemática, o

48 Entendendo trabalhadores(as) em um sentido amplo, pois os trabalhadores(as) autônomos(as), free lancer ou inclusive pequenos(as) empresários(as) poderiam ser também incluídos nesta categoria.

trabalho contamina e mutila outros planos da vida cotidiana, assumindo um papel central na projeção e introjeção do sujeito (op. cit.).

A feminização do mercado de trabalho e o devir mulher do trabalho

Ao analisar essas transformações, Paolo Virno, em uma argumentação simétrica porém oposta à que fez Hannah Arendt a respeito da relação entre os três componentes em que a teoria clássica dividia a experiência humana – Trabalho, Ação Política e Intelecto – afirma que no pós-fordismo o trabalho “passa a absorver os elementos distintivos da ação política” (Virno, 2003 p. 90). De nossa perspectiva, consideramos que, embora seja certo que o trabalho no pós-fordismo, enquanto trabalho comunicacional e relacional, adquire características que são próprias à ação política e mobilize habilidades que fazem parte deste tipo de ação, também é certo que o comunicativo e o relacional são também capacidades estreitamente vinculadas ao doméstico, ao privado, ao cuidado e ao que tradicionalmente era considerado feminino⁴⁹.

A partir das perspectivas feministas, vêm sendo utilizados conceitos como “feminização do mercado de trabalho”, “domesticação do trabalho”, ou “devir mulher do trabalho” para analisar tais transformações. Frequentemente esses conceitos são utilizados como sinônimos, mas dada a complexidade dos processos a que estão referidos, torna-se útil assinalar algumas nuances entre eles.

A ideia de feminização do trabalho pode ser relacionada com a “feminização da sobrevivência”, conceito com que Saskia Sassen (2003) descreve o marco das dinâmicas históricas de gênero e raça no desenvolvimento histórico do capitalismo e sua concretização no presente. Assim, este conceito nomearia o aspecto mais objetivo e quantitativo do aumento da participação feminina no mercado laboral – feminização da força de trabalho – nas últimas três décadas, tanto nos países do norte como nos do sul. Neste período, observa-se uma crescente dependência das economias domésticas e das comunidades – inclusive dos governos – dos rendimentos das mulheres que estão inseridas em circuitos transfronteiriços⁵⁰, com frequência às margens da economia lícita, mas também a importância

49 Consideramos importante analisar em maior profundidade as implicações subjacentes a esta crítica, bem como indagar a noção de virtuosismo que Virno introduz a este respeito. Por razões de tempo e espaço não pudemos ainda desenvolver essas perspectivas. Fica como uma futura linha de pesquisa em aberto.

50 Sassen fala de circuitos para destacar a existência de um certo grau de institucionalização nestas dinâmicas e para remarcar que não se trata de simples agregados de ações individuais (Sassen, 2003, p. 44-45).

fundamental do trabalho cotidiano das mulheres na subsistência e na qualidade de vida. Um claro reflexo disto pode ser observado naquilo que vem sendo denominado “cadeia global de cuidados”, ou transferência do trabalho doméstico pelos caminhos da economia globalizada⁵¹.

Por outro lado, e sem pretender negar o significado destes processos, o conceito de devir mulher do trabalho, em um sentido mais concreto, vai nos permitir enumerar outras questões. Tal como assinala Cristina Morini, trata-se de uma noção derivada da análise dos aspectos mais qualitativos e constitutivos do capitalismo cognitivo e das características que este coloca no valor no marco do novo contexto de produção; um conceito que, precisamente, sugere a natureza biopolítica das atuais relações do trabalho, entendidas de forma complexa, seu caráter performativo, enquanto modelador da realidade, e sua acentuada parcelização e individualização (Morini, 2008).

Falamos de devir mulher do trabalho em um duplo sentido. Por um lado, tem a ver com a administração do trabalho, pois as condições que caracterizavam as atividades, reconhecidas como trabalho ou não, remuneradas ou não, tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres – vulnerabilidade, invisibilidade, permanente disponibilidade, flexibilidade, mobilidade, fragmentação, baixos níveis salariais etc. –, foram se estendendo à maioria dos setores profissionais e sociais, apesar de continuarem afetando as mulheres de forma especialmente grave. Por outro lado, pelo fato de o componente afetivo ter sido convertido em elemento central da produção. O reconhecimento e a valorização dessas capacidades relacionais, adquiridas em grande medida em processos de socialização familiar, e não através dos âmbitos educativos e profissionais, e refletidas nas qualificações não formais, determinou a virada da organização científica do trabalho, anteriormente baseada na negação da especificidade individual. A expansão de certos setores, como o telemarketing, serviços de saúde, cultura, indústrias do sexo, indústrias de entretenimento, implica que o trabalho dos cuidados, dos afetos, das relações,

51 Na prática, nos lares ocidentais de rendas médias e altas, o trabalho familiar doméstico não foi negociado e sim mercantilizado, ou seja, é solucionado mediante a contratação de outras mulheres – e também homens – imigrantes de países mais pobres (Carrasco, 2001; Mestre y Mestre, 2001; Morini, 2001) que, por sua vez, deixam suas famílias nas mãos de uma terceira pessoa/mulher, com o que o problema adquire dimensões mais globais. Perpetua-se assim o “mito do igualitarismo marital e da emancipação feminina através do emprego, enquanto mantém intactas as estruturas patriarcais da família e do trabalho” (Sassen, 2001, p. 18). no final, as mulheres de diferentes regiões do mundo encontram-se em uma armadilha, mesmo que não da mesma maneira, em um vasto jogo econômico para o qual não foram escritas as instruções” (Hoschchild, apud Morini, 2008).

a família, a cidade, as relações entre seres humanos transformem-se progressivamente em espaço de mercado, esfumando a divisão entre trabalho e vida particular, com todos os efeitos ambivalentes que isto induz.

É importante assinalar que, num sentido deleuziano, quando falamos de devir mulher trabalho, de novas dimensões polivalentes e qualitativas do trabalho, não estamos nos referindo a uma correspondência de relações formais, nem uma semelhança, imitação ou identificação. O devir não pretende produzir outra coisa que a si mesmo, “não é avançar ou regressar seguindo uma série” (Deleuze e Guattari, 2004, p. 255). Portanto, não supõe uma simples generalização das condições de trabalho tradicionalmente sofridas pelas mulheres – como entidades molares⁵² – trata-se, ao contrário, de abrir as portas a novas formas de trabalho molecular⁵³. No entanto, nossa proposta de devir mulher do trabalho se desvia um pouco do conceito de devir e de uma visão de sujeito que, tratando de ir além do dualismo sexual ou da dicotomia de gênero, postula um horizonte de subjetividades múltiplas, poli-sexuadas, interconectadas e não fixas⁵⁴. Neste sentido, é interessante o pensamento de certas autoras feministas, entre as quais se destacam Luce Irigaray ou Rosi Braidotti (1994, 2008), que vem desenvolvendo as ideias da primeira, que, em maior ou menor medida, questionam esta noção de devir-mulher.

De fato, a ênfase na diferença sexual – entendida como dessimetria entre os sexos, oposição entre posições masculina e feminina do sujeito – é a grande linha divisória entre feministas e pós-estruturalistas (Braidotti, 1994, p. 122). Irigaray, em sua defesa da diferença sexual, critica as figurações deleuzianas e noções como “dispersão”, “perda de si mesmo”, “ofuscamento”, ressaltando que são muito familiares para as mulheres, pois, na verdade, tem sido esta sua condição histórica. Braidotti vai mais além e questiona o chamamento de Deleuze à “dissolução

52 Entende a mulher como entidade molar “enquanto presa a uma máquina dual que a opõe ao homem, enquanto determinada por sua forma, provida de órgãos e de funções previamente designadas” (Deleuze e Guattari, 2004, p. 277).

53 Em termos bem simplificados, o molecular e o molar se distinguem não tanto pela escala ou dimensão (coletiva ou individual), mas sim pela natureza do sistema a que fazem referência. Em certo sentido, o molar designaria o que organiza socialmente, e o molecular o que libera e diversifica.

54 Partindo dessas noções, Deleuze propõe figuras como **corpos sem órgãos** e **mulher molecular**.

das identidades sexuadas mediante a neutralização das dicotomias de gênero”.⁵⁵ Considera que pode ser teórica e historicamente perigoso para as mulheres, posto que mina a exigência feminista de redefinição e empoderamento da subjetividade feminina (op. cit., p. 118). Em seu lugar, Braidotti propõe um devir mulher que, longe de marcar a dissolução de todas as identidades, assuma diferentes formas e sentidos do tempo de acordo com as diferentes posições de gênero. Para tanto, crê que seja prioritário elaborar um sistema de representação adequado para um sujeito feminino alternativo, em um sentido conceitual e político. Uma vez que não existe simetria de sexos, o feminino, enquanto experimentado e expressado pelas mulheres, ainda não está representado; tendo sido colonizado pelo imaginário masculino como “o outro” estruturalmente necessário, como duplo espelho de um sujeito que colonizou a razão e seus poderes (Braidotti, 2008). As mulheres devem, portanto, falar, pensar, escrever e representar o feminino em seus próprios termos, libertando-se do marco hegemônico de opostos, do pensamento binário ao qual a filosofia ocidental o confinou. Precisamente, a prática da diferença sexual identifica o sujeito mulher como parte da luta política em um momento da história no qual a noção Mulher foi desessencializada e criticada como construto cultural que precisa ser desconstruído (Braidotti, 1994, p. 134). Isto é importante porque algumas autoras detectaram na noção de devir mulher do trabalho uma certa tendência a cair em um binômio fixo, heterossexual e eurocêntrico, além de uma certa nostalgia por uma impossível “recomposição da multiplicidade em um sujeito único, universal, da resistência e da ação política” (Corsani, 2006, p. 38). Para contornar isto, é preciso tratar de se articular nos mundos parciais dos saberes situados (Spivak, citada por Morini, 2008)⁵⁶, partindo da “política do po-

55 Para ela, Deleuze não atende à distinção básica na epistemologia feminista entre a Mulher como representação e as mulheres como agentes concretos de experiências e que, portanto, Deleuze ficaria preso na contradição de postular um devir mulher generalizado, que não é capaz de levar em conta a especificidade histórica e epistemológica da condição feminina (Braidotti, 1994, p. 118).

56 Os conhecimentos situados (CS daqui em diante), supõem uma aposta metodológica na interdisciplinaridade e na “escolha contextualizada e estratégica dos métodos, sem estabelecer fronteiras prévias à análise” (Pérez Orozco, 2006, p. 150). Os CS apresentam-se como “práticas da objetividade subalterna diante das autoridades científicas universais e dos relativismos culturais” (Preciado, citado por Corsani, 2006, p. 37). Nesta perspectiva, a objetividade já não depende da separação estrita entre sujeito e objeto, nem de uma neutralidade valorativa. Ao contrário, encontra-se na renúncia às metanarrativas e no diálogo entre verdades parciais; e também na “habilidade de traduzir parcialmente os conhecimentos entre comunidades muito diferentes e diferenciadas em termos de poder” (Corsani, 2006, p. 37).

sicionamento [...] da micropolítica das relações de poder” (Braidotti, 2008). Isto supõe assumir que não se pode falar – nem as mulheres se reconhecem assim – em um sujeito Mulher unitário e universal, nem como essência monolítica definida de uma vez por todas, nem como modelo cultural dominante e prescritivo da subjetividade feminina. Em seu lugar, pode-se levantar a questão da subjetividade em termos do paradoxo histórico e epistemológico da identidade feminina feminista (Braidotti, 2008)⁵⁷, como espaço de experiências múltiplas complexas e potencialmente contraditórias, definidos pelas variáveis superpostas de sexo, raça e classe. Um sujeito multitudinário não unitário, mas tampouco disperso, pois implica um pertencimento geopolítico e um espaço para relações múltiplas, além de visibilizar diferenças estruturais entre os distintos posicionamentos.

Estas perspectivas estão, de qualquer forma, presentes nas propostas feministas de repensar o trabalho rompendo com uma ideia e um modelo de trabalho único, generalizável a toda a população. As mulheres são exploradas economicamente no trabalho, mas também psicologicamente: a ideologia sexista e o consumismo desvalorizam sua contribuição à força de trabalho e as fazem acreditar que trabalham apenas por necessidade material, que não contribuem para a sociedade, nem exercitam sua criatividade ou experimentam satisfação ao realizar atividades para benefício próprio ou dos demais (Hooks, 2000, p. 103). Ao repensar a natureza do trabalho, ao atribuir valor a todo o trabalho realizado pelas mulheres, seja ele remunerado ou não, criam-se ferramentas que possibilitam autoconcepções e autodefinições alternativas para as mulheres e que, portanto, acabam sendo úteis na hora de fazer frente à exploração psicológica (idem)⁵⁸.

Neste sentido, são interessantes as críticas realizadas pelo *Black Feminism* aos postulados de outras correntes feministas que analisam o trabalho, e à ideia básica do feminismo nos anos 60 e 70 de que o emprego – sempre dentro dos limites impostos pela organização hierárquica do trabalho – é um momento efetivo de emancipação das mulheres diante da opressão masculina. Estas autoras, por uma lado, começam a perceber as limitações desta perspectiva na hora de entender a situação das mulheres que trabalham fora do âmbito doméstico, que têm baixas remunerações e famílias para sustentar. Por outro lado, destacam como o reconhecimento da raça modifica o modo em que podemos falar do gênero, situando a análise da organização do trabalho, remunerado ou não, em

57 Neste aspecto, Braidotti acompanha Laurentis à luz das perspectivas pós-estruturalistas.

58 Este posicionamento tangencia as perspectivas da autovalorização proletária da autonomia operária italiana dos anos 70.

um marco de opressões interconectadas, intersectadas: raça, classe e gênero⁵⁹. O pensamento do *Black Feminism* critica, de toda maneira, a definição do trabalho como parte constitutiva da pessoa. Madison (apud Collins, 2000, p. 48) observa que o trabalho é uma construção contestada, e que avaliar o valor pessoal segundo o tipo de trabalho que se realiza é uma prática questionável em sistemas baseados na desigualdade de raça e gênero, nos quais o trabalho – seja ou não pago – pode ser alienante, economicamente explorador, psicologicamente e intelectualmente frustrante, mas também pode ser empoderante e criativo, inclusive quando parece fisicamente duro ou degradante.

Por fim, o pensamento do *Black Feminism* exige um marco conceitual que permita analisar com mais profundidade a experiência afro-americana e a experiência feminina em si mesmas, e não com base nos sentimentos patriarcais que as veem como desviantes ou *outsiders* com relação ao termo geral de referência – macho, branco... – (Higginbothan, 1982, p. 95). Adaptando esta proposta, o conceito de devir mulher do trabalho permite compreender as condições atuais do trabalho e revisar historicamente o trabalho das mulheres, sem tomar a experiência masculina como norma. Por esta razão, entendemos que hoje, quando os papéis familiares e femininos da cultura dominante mudaram – e continuam mudando – profundamente, a experiência das mulheres de culturas não dominantes pode ter um papel muito importante (*idem*), para a compreensão de nossa realidade. A experiência de vida das mulheres está marcada pelo entrar e sair de diferentes espaços e ambientes físicos, de diversas funções e formas de relação com os outros. Evidentemente, também os homens desempenham distintos papéis e movimentam-se em ambientes diversos, mas para eles o centro da experiência

59 O *Black Feminism* abre novas perspectivas sobre o trabalho remunerado ou não remunerado. No que se refere ao primeiro, destaca, dadas as limitadas oportunidades laborais a que os homens afro-americanos tinham acesso, tornou-se praticamente impossível que as famílias pudessem sobreviver com um só salário (Collins, 2000, p. 54), portanto, com o trabalho extradomiciliar, as mulheres afro-americanas não buscavam tanto alcançar paridade econômica com seus companheiros, mas assegurar um ingresso de dinheiro adequado para as necessidades da família; frequentemente, aspiravam abandonar essas atividades e se concentrar no trabalho doméstico, não para imitar a domesticidade das mulheres brancas, mas para encontrar alívio da exploração laboral e do assédio sexual, bem como para fortalecer a posição social política e econômica de suas famílias. Neste sentido, Angela Davis (apud Collins, 2000, p. 46) e outras autoras assinalam que o trabalho doméstico não remunerado que possibilita o bem estar da família, com frequência tem sido visto pelas afro-americanas mais como forma de resistência à opressão do que como uma forma de exploração por parte dos homens, neste sentido, há várias décadas vêm sendo questionadas certas linhas de pesquisa enviesadas, que percebem as mulheres de cor ou como inadaptadas, ou como super-mulheres (Higginbothan, 1982, p. 95).

continua ancorado no binômio trabalho/não trabalho. O modelo feminino tem um caráter “mais fragmentado e disperso, mas é, ao mesmo tempo, fonte de continuidade e curiosidade, de sugestões, enriquecimentos” (Cordoni, 1993, p. 222), seja pelas experiências agradáveis e positivas, ou pelas pesadas, penosas ou duras.

O devir mulher do trabalho como característica do modo de produção pós-fordista implica a generalização de um modelo dúctil, hiper flexível, que se beneficia da bagagem experiencial das mulheres, mas, ao mesmo tempo, também mostra a crise das identidades falocêntricas fixas, abrindo a possibilidade de um devir alternativo feminino. Visto de uma perspectiva feminista, isto supõe situar o corpo e suas limitações no centro da análise e, portanto, entender o devir como uma propulsão limitada (Braidotti, 1994, 2008). Seus limites serão aqueles que um corpo material, psíquica e afetivamente, seja capaz de sustentar em um processo de transformação; serão, portanto, específicos e diferentes de um sujeito a outro, e por fim marcarão um umbral, tanto espacial quanto temporal, para além do qual as interações com os demais e com as outras forças não são sustentáveis. Finalmente, a duração do processo de devir, enquanto processo de transformação política, é dada por estes limites corporais. Isto não nega o fato de que o principal componente do pós-fordismo seja o trabalho imaterial, apenas ressalta que, num momento em que a precariedade generalizada – mas experimentada cotidianamente em primeira pessoa – se transformou em um elemento estrutural do capitalismo contemporâneo, nossos corpos são o primeiro campo de batalha.

Precarização da existência

O conceito de precarização da existência faz referência ao fato de que no pós-fordismo, em virtude da configuração trabalho/vida que implica, a precariedade já não é um estado encontrado exclusivamente no âmbito laboral, mas se estende à toda a vida; tampouco é um estado passageiro ou provisório, e sim uma forma constante de “incerteza permanente que afeta à imensa maioria da população, seja de forma patente ou latente (como uma ameaça)” (Precárias à Deriva, 2005). Precariedade hoje significa escassez, fragilidade e intermitência de renda, de direitos, de projetos, de expectativas de vida... Mas também “acumulação de múltiplos saberes, conhecimentos e capacidades através de experiências laborais e vitais em permanente construção” (idem). Implica, sobretudo, aspectos ambivalentes, como a mobilidade e a flexibilidade, que derivam da contratação individual.

Essas condições configuram e, ao mesmo tempo, fomentam a própria unicidade, as diferentes esferas experienciais e individuais de homens e mulheres, das quais se serve o capital (Morini, 2008). Por esta razão, o capital encontrou na

precariedade uma de suas principais vias para garantir a mobilização e a implicação ativa de tal conjunto de conhecimentos e saberes, experiências e capacidades de vida das pessoas (Negri e Vercellone, 2007). Paralelamente, o processo de precarização atua como um mecanismo de controle instalado no campo social que se ramifica no corpo e nas mentes dos sujeitos, suscitando formas de auto-exploração⁶⁰ e dificultando a ativação de conexões e relações conflituais. Essas ideias estão em certo sentido coerentes com o conceito de cidadania flexível de Aihwa Ong:

A lógica cultural (...) que leva os sujeitos a responder de modo fluido e oportunista às condições econômicas e políticas cambiantes. Em sua aspiração de acumular capital e prestígio social (...), os sujeitos enfatizam e são regulados por práticas que favorecem a flexibilidade, a mobilidade e o reposicionamento em relação aos mercados, os governos e os regimes culturais. Essas lógicas e práticas são produzidas no seio de estruturas particulares de significado sobre família, gênero, nacionalidade, mobilidade de classe e poder social (Aihwa Ong apud Sassen, 2003, p. 16).

Santiago López Petit (2006) assinala neste sentido que a precariedade “não é algo que acontece conosco, e que pode deixar de acontecer (...), não é algo acidental, e sim um caráter verdadeiramente essencial do ser que podemos vir a ser nesta sociedade”. Portanto, embora ainda social, “a precariedade como tal se vive individualmente”, provocando a fragilização, o congelamento até mesmo de nosso querer viver⁶¹, o que “nos atinge no nível mais profundo e nos converte em carne de psiquiatra”, transformando a própria vida e, como já se disse, nossos próprios corpos em um campo de batalha (2006). Isto não quer dizer que o processo de precarização da existência afete a todo mundo de maneira igual; como já reiteramos, no pós-fordismo revestem-se de importância vital as “características qualitativas adaptativas”, tradicionalmente associadas aos papéis femininos. Isto coloca as mulheres no centro do processo de precarização, obrigando-as a desenvolver estratégias de sobrevivência que tornam sua existência visivelmente

60 Neste sentido, a novidade é que atualmente são cada vez mais frequentes as “formas de alienação escolhidas autonomamente, que surgem precisamente do desejo de criatividade dos próprios sujeitos” (Morini, 2008).

61 O conceito de “querer viver” como potência libertadora de conquista da própria vida é a chave do pensamento de López Petit, que considera indispensável um pensamento radical capaz de liberar este “querer viver”. Para um aprofundamento deste conceito recomendamos sua obra *El Infinito y la Nada – el querer vivir como desafío* (2002).

mais complexa. Neste contexto, o conceito de devir mulher do trabalho, como proposta epistemológica e política, nos ajuda a visibilizar que existem diferentes graus de precariedade em função de fatores como o sexo, a classe, a orientação sexual, a raça ou a capacidade funcional. Partindo destas ideias, não podemos deixar de colocar em questão a perspectiva de Morini (2008) quando propõe que a fragmentação e a complexidade do trabalho das mulheres no curso de diferentes épocas acaba sendo um paradigma geral, independentemente do gênero e também nos coloca sérias dúvidas de que se possa sustentar “a figura do precário social hoje é mulher” (op. cit.).

De nosso ponto de vista, nem a noção de devir mulher do trabalho, nem a de precarização da existência devem ser usadas para configurar uma identidade coletiva estável e unívoca. Isto não impede que, entendidas como processos, sejam noções úteis para expressar as debilidades e potencialidades compartilhadas da multiplicidade de experiências vitais/vivenciais e profissionais, que são experimentadas especialmente pelas mulheres: estresse, isolamento, dificuldades para desenvolver relações, controle social, medo de se expressar livremente... Mas também fomento de criatividade e afetividade, abertura de novos espaços de autonomia pessoal, revalorização de saberes. Consequentemente, lutar contra a precariedade implica “atravessar todas as frentes de luta sem se abrigar em qualquer identidade que, de resto, sempre seria imposta” (López Petit, 2006), colocar em prática uma “política do querer viver”, ou fazer da vida e de nossos corpos nosso campo de experimentação, mantendo as duas dimensões – pessoal e coletiva – permanentemente unidas.

Conclusões e reflexões finais

Nestas páginas fizemos a descrição do pós-fordismo como um processo que teve início há quase quarenta anos com a crise do modelo de desenvolvimento industrial; de acordo com a perspectiva dos pós-operaístas, este processo foi influenciado pela chamada “recusa ao trabalho” e pelos processos de luta baseados na autovalorização subjacente em grande parte das mobilizações operárias dos anos 60 e 70; e, finalmente, foi impulsionado pela globalização da economia mundial e pelo desenvolvimento tecnológico. Vimos também como este atual modo de produção se caracteriza pela informatização, pela automação nas fábricas e pela hegemonia do trabalho imaterial e terciarizado. Isto implica, por um lado, uma série de qualidades e características claramente presentes no trabalho realizado tradicionalmente pelas mulheres, embora não apenas: a comunicação, a cooperação, o relacional e o afetivo, são agora explorados intensivamente pelo capital e

são submetidos às regras do modo de produção capitalista. Por outro lado, que as condições que definiam o trabalho feminino, tal como a invisibilidade, a vulnerabilidade, a flexibilidade, a mobilidade e a fragmentação, se generalizaram para o conjunto da população, mas de forma especialmente grave para as mulheres. Para designar esses processos, utilizamos a noção de devir mulher do trabalho – inspirada na filosofia deleuziana – precisamente porque sugere a natureza biopolítica e modulante da realidade das relações atuais do trabalho, entendidas de forma complexa. Essas condições desembocam no que denominamos precarização da existência: precariedade generalizada, mas que não afeta a todo mundo por igual; as mulheres, pela importância que têm hoje as “características qualitativas adaptativas”, encontram-se no centro do processo de precarização. Diante disto, adotamos o conceito devir mulher do trabalho como proposta epistemológica e política, que assume diferentes formas e sentidos do tempo e do espaço, de acordo com as diferentes posições de gênero. Ou seja, ajuda-nos a visibilizar o fato de que não há simetria entre sexos, classes, orientação sexual, raça ou capacidade funcional sendo, portanto, prioritário elaborar um sistema de representação adequado para um sujeito feminino. Neste sentido, apontamos que a experiência e a crítica das mulheres de culturas não dominantes, como as mulheres afro-americanas, podem ter papel muito importante na compreensão de nossa realidade e no desenvolvimento de análises das condições atuais de produção de riqueza que não tomem a experiência masculina como norma.

Neste sentido, a ideia de que os saberes e conhecimentos, bem como os elementos imateriais e afetivos, estão situados no cerne da produção de riqueza, relegando o tempo de trabalho a uma posição secundária, e de que o capital inunda a vida cotidiana pelo desmoronamento dos tempos e lugares nos quais se realiza a atividade produtiva, reflete de certo modo experiências e reivindicações históricas – distribuição do dia em oito horas de trabalho, oito horas de sono, oito horas de tempo livre – que correspondem a um arquétipo masculino e industrial e, portanto, não refletem as experiências temporais nem laborais da maioria das mulheres. Onde estaria incluídos, nessa fórmula, o trabalho doméstico ou o tempo de cuidados? Ficam ocultados, e tal ocultação implica que as mulheres nunca tenham tempo livre, pois dedicam o que seria seu “tempo livre” a realizar essas tarefas. Sem dúvida, o fato de que o tempo continue sendo a unidade de medida da riqueza é uma formidável contradição (Iglesias, 2005), “especialmente quando o trabalho já não pode ser medido nem individualizado, pois a força laboral se torna cada vez mais coletiva e social” (Hardt e Negri, 2002, p. 365), o que nos leva a buscar como valorizar esses tempos de trabalho não remunerado.

Diante disto, torna-se necessário mudar de perspectiva, introduzir novos conceitos de relação, de valor e, definitivamente, novos mecanismos de valorização da riqueza social. Alguns autores propõem uma reatualização do sistema de bem-estar através de mecanismos como renda de cidadania (idem) ou renda de existência (Morini, 2008), na linha da luta por uma renda básica defendida por vários movimentos sociais. Entretanto, para além da valorização econômica, acreditamos ser importante ressaltar também a necessidade de desenvolver mecanismos que, diante da dissolução da vida no trabalho e da externalização e privatização dos recursos sociais, fomentem a autovalorização, fora da lógica monetária – intercâmbio de saberes, conhecimentos e tempos – a redução, articulação e redistribuição do tempo mercantilizado e, por fim, um processo de re-elaboração de uma lógica do cuidado⁶², baseada na cooperação e na interdependência e outros aspectos positivos do afeto em termos de ecologia social, de sustentabilidade da vida (Perez Orozco, 2006).

Sem dúvida, ao longo de todo este texto, por motivos de espaço, deixamos abertas algumas questões; gostaríamos, num futuro próximo, de nos aprofundar nas teses de Paolo Virno sobre a relação trabalho-ação política-intelecto e seu conceito de “trabalho virtuoso”; analisar se os homens realmente apresentam maiores dificuldades para se adaptar às novas condições do trabalho e, neste caso, que efeitos isto tem; indagar as relações entre a autovalorização operária e as perspectivas feministas da auto-estima... Todas essas questões são complexas e que delineiam importantes referenciais e abrem interessantes linhas de pesquisa.

Referências

BRAIDOTTI, R. “Il Pensiero Feminista Nômade”. *Rivista Posse*, disponível em: http://www.posseweb.net/spip.php?article168var_recherche=braidotti%20Irigaray. Acessado em 4 de agosto de 2008.

62 Esta noção de lógica do cuidado é radicalmente diferente da ética do cuidado proposta por Carol Gilligan (1998) e defendida por algumas correntes feministas da década de 1980. A noção de ética do cuidado põe a ênfase nas atitudes individuais de quem cuida e é colocada como um valor transcendente, mais próximo da moral do que da ética. Pelo contrário, “a lógica do cuidado é aquela que situa a sustentabilidade da vida, e não o benefício ou a seguridade, como eixo articulador da organização social, portanto, é transindividual e imanente, e acaba sendo inseparável das formas de organização social, material e concreta das tarefas do cuidado (Precárias à Deriva, 2005).

_____. “On Bugs and Women: Irigaray and Deleuze on the Becoming-Woman”. In: C. Burke; N. Shor e M. Whithford *Enganying with Irigaray*. Nova York: Columbia University Press, 1994.

CASTELLS, M. *La Sociedad Red*. Madri: Alianza Editorial, 1999.

COCCO, G. *Trabajo y Ciudadania*. Valencia: L’Ullal Edicions, 2003.

COCCO, G.; VERCELLONE, C. Los Paradigmas Sociales del Postfordismo. Disponível em: <http://www.rcci.net/globalizacion/2002/fg271.htm>, 2002.

COLLINS, P.H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CORDONI, E. Las mujeres cambiam los tiempos. *Cuadernos de relaciones laborales*, n. 2, p. 221-237, Universidad Complutense de Madrid, 1993.

CORSANI, A. Políticas de saberes situados. Emanciparse de la epistemología de la economía política y de su crítica. In: D. Ávila Cantos; M. Lagarreta Iza e A. Pérez Orozco (eds.) *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista. Producción, Reproducción, Deseo, Consumo*. Madri: Entierrenadie, p. 29-48, 2006.

_____. Produzione di Conoscenza e Valore nel Posfordismo. *Rivista Posse*, abril de 2008. Disponível em <http://www.posseweb.net/spip.php?article31>. Acesso em 15 de setembro de 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: PreTextos, 2004.

GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women’s development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Imperio*. Barcelona: Paidós, 2002.

HOOKS, B. *Feminist theory: from margin to center*. Londres: Pluto Press, 2000.

HIGGINBOTHAN, E. Two Representative Issues in Contemporary Sociological Work on Black Women. In: Gloria T. Hull, Patricia Bell Scott e Barbara Smith (eds.) *All the women are white, all the Blacks are Men but some of us are Brave: Black Women’s Studies*. Nova York: The Feminist Press, 1982.

IGLESIAS TURRIÓN, P. Posoperaismo. Fin de la Teoria Laboral del Valor y Nueva Dimensión Conflictiva de la Clase. Nómadas – *Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas de la Universidad Complutense de Madrid*. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/nomadas/11/pabloiglesias.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2008.

LÓPEZ PETIT, S. Algunas reflexiones muy provisionales sobre la precariedad. *Libre Pensamiento*, n. 51, p. 24-27. Disponível em: <http://nlxserver.ath.cx/desobediencia-mutante/doku.php?id=algunas-reflexiones-muy-provisionales-sobre-la-precariedad>. Acesso em 15 de setembro de 2008.

MESTRE Y MESTRE, R. Dea Ex Machina. Trabajadoras migrantes y negociación de la igualdad en lo domestico. *Cuadernos de Geografía*, n. 72. Valencia: Universidad de Valencia, p. 191-206, 2001.

MALÓ DE MOLINA, Marta. *Sobre la Feminización del Trabajo*. Revista Contrapoder n. 4-5, Madri, 2001.

MORINI, C. La femminilizzazione del lavoro nel capitalismo cognitivo. In: *Rivista Posse*. Disponível em: <http://www.posseweb.net/spip.php?article86>. Acesso em 15 de setembro de 2008. Uma versão em português deste artigo foi publicada na Revista Lugar Comum n. 23-24, jan-abr de 2008.

NEGRI, A. *Domínio y sabotaje*. Barcelona: El Viejo Topo, 1979.

NEGRI, A.; VERCELLONE, C. Il Rapporto Capitale/Lavoro nel Capitalismo Cognitivo. *Rivista Posse*, 2007.

PEREZ OROZCO, A. *Perspectivas Feministas en torno a la Economía: el Caso de los Cuidados*. Madri: CES, 2006.

PRECARIAS A LA DERIVA. *Una huelga de mucho cuidado (Cuatro Hipótesis)*. [2005] Disponível em: http://republicart.net/disc/precariat/precarias02_es.htm. Acesso em 7 de janeiro de 2008.

PRECARIAS A LA DERIVA. *A la Deriva por los Circuitos de la Precariedad Femenina*. Madri: Traficantes de sueños, 2004.

SÁNCHEZ CEDILLO, R. Introducción. In: G. Cocco *Trabajo y Ciudadanía*. Valencia: L'Ullal Edicions, 2003.

SASSEN, S. *Contra geografías de la globalización*. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

VEGA, C.V.; GIL, S. Introducción. In: S. Sassen, *Contra geografías de la globalización*. Madri: Traficantes de Sueños, 2003a.

VIRNO, P. *Gramática de la Multitud*. Madri: Traficantes de Sueños, 2003a.

_____ *Virtuosismo y Revolución*. Madri: Traficantes de Sueños, 2003b.

■.....**Lucia del Moral Espin**, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha. E-mail ldelesp@upo.es.

■.....**Manu Fernández García**, Centro de Estudios Andaluces, Sevilla, Espanha. E-mail: Manuel.fernandez@centrodeestudiosandaluces.es.